

## TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE EX-NORMALISTAS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RUI BARBOSA: A CONSTRUÇÃO DO EXERCÍCIO DOCENTE (ARACAJU-SE, 1920-1950)

*Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas\**

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo analisar as representações de ex-normalistas do Instituto de Educação Rui Barbosa, acerca da formação profissional e do ingresso na carreira do magistério. A pesquisa<sup>1</sup> foi realizada através da coleta e análise de documentos oficiais e das histórias de vida de ex-normalistas que se formaram entre as décadas de 20 e 30, na referida instituição. Buscou-se apreender, durante a análise, aspectos relacionados ao processo de ingresso no curso normal; à duração e estrutura do curso; à convivência no espaço escolar entre professores e alunos; e, ao início da carreira docente. Foi possível perceber, através deste estudo, não somente as trajetórias individuais das ex-normalistas do Instituto de Educação Rui Barbosa, mas também as vivências coletivas no espaço escolar – formação e exercício docente – e a inserção no mercado de trabalho das professoras primárias em Aracaju, no período estudado. O início das trajetórias profissionais das informantes está relacionado, principalmente, ao capital social e político de suas famílias. São três as possibilidades principais do ingresso no magistério em Sergipe, no período analisado: a ida para o interior, iniciando a carreira em escolas de primeira entrância (povoado); a espera de uma vaga na capital (enquanto aguardavam esta possibilidade, as ex-normalistas realizavam cursos e/ou trabalhavam em outras atividades); ou recebiam a nomeação para a escola desejada de presente na formatura. Todas as ex-normalistas, apesar das diferentes trajetórias vivenciadas no ingresso profissional, buscavam ascender na carreira e deixar o trabalho como professoras primárias através de cursos de aperfeiçoamento, especialização ou graduação. As ex-normalistas deste estudo, que durante a formação profissional vestiram-se de “azul e branco”, estudaram no Instituto de Educação Rui Barbosa, instituição rigorosa, exigente e seletiva, conseguiram através do ingresso no magistério e da ascensão na carreira, atingir uma relativa independência social e econômica, desafiando o estereótipo da “normalista espera-marido”.

**Palavras-chave:** estudos de gênero, documentos, histórias de vida, educação

O objetivo deste estudo foi analisar as representações de ex-normalistas do Instituto de Educação Rui Barbosa/Escola Normal, formadas entre 1920 e 1950, acerca da formação profissional e do processo de ingresso no exercício do magistério.

\* Professora Assistente efetiva do Departamento de Educação da UFSE – Doutoranda em Educação na UNICAMP.

1 Este estudo faz parte da Dissertação de Mestrado: “Vestidas de Azul e Branco”: um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério (1920-1950). Campinas: FE/UNICAMP, 1995.

A metodologia utilizada na coleta de depoimentos foi a história de vida “inacabada” ou resumida (Demartini, 1992, p. 44), que procura associar as estratégias usadas na coleta de histórias de vida e depoimentos pessoais<sup>2</sup>.

Depois da coleta das histórias de vida resumidas foi feito o trabalho de transcrição e análise a partir dos sub-temas:

- o processo de ingresso na Escola Normal;
- a duração e a estrutura do curso tendo em vista o processo de formação;
- o ingresso na carreira profissional.

Ressalta-se a importância da escolha desta metodologia na coleta de dados no sentido de possibilitar o conhecimento dos valores, dos costumes, das opiniões, das relações sociais e familiares vivenciadas pelas ex-normalistas, além de suas experiências, pois, conforme destaca Pereira de Queiroz,

“com as histórias de vida, busca-se atingir a coletividade de que seu informante faz parte e o encara, pois, como mero representante da mesma através do qual se revelam traços desta”. (1983, p. 10)

Além das informações obtidas nas histórias de vida resumidas, outras fontes foram utilizadas, como jornais e revistas, mensagens presidenciais e governamentais, outros documentos oficiais, além da bibliografia pertinente sobre a educação sergipana<sup>3</sup>.

Buscou-se também conhecer os estudos sobre as escolas normais em outros estados e a literatura publicada sobre a formação de professores e suas trajetórias profissionais<sup>4</sup>.

As escolas normais foram criadas no Brasil a partir de 1830, nas províncias de: Niterói (1835), Bahia (1845), São Paulo (1846), Pará (1839), Sergipe (1870) e Goiás (1882) e só aceitavam inicialmente alunos do sexo masculino.

2 Foram coletadas 62 histórias de vida resumidas abrangendo o seguinte universo: a diretora, 10 professores e 10 normalistas que estavam na Escola no período de levantamento das informações da pesquisa (1922), além de 32 ex-normalistas, 08 ex-professores e 01 ex-diretora.

3 MENDONÇA, J. A. N. *A educação em Sergipe*. Aracaju, Livraria Regina, 1956; NUNES, M. T. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Aracaju, Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe/UFSE, 1984.

4 Entre outros: LOURO, G. L. *Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre, UFRS, 1987. BREZEZINSKI, I. *A formação do professor para o início da escolarização*. Goiânia, UCG/SE, 1987. TANURI, L. M. *O ensino normal no Estado de São Paulo. 1890-1930*. São Paulo, FEUSP, 1979. DEMARTINI, Z. B. F. *Magistério primário no contexto da Primeira República*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/CERU, 1991, (Relatório de Pesquisa). COELHO, M. I. M. *Escola Normal – Instituto de Educação: reconstrução da história da educação elementar, Minas Gerais 1906-1969. Reunião Anual da ANPED*, 14. São Paulo, USP/FE, 1991. PAIXÃO, L. P. *Mulheres mineiras na República Velha: profissão, professora primária. Educação em Revista*, (14), 1991. VILLELA, H. A. “A primeira Escola Normal do Brasil”. In: NUNES, C. (org). *O passado sempre presente*. São Paulo, Cortez, 1992. MEDIANO, Z. *Revitalização da Escola Normal*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1990.

Aos poucos foram sendo criadas escolas normais femininas, como aconteceu em Sergipe em 1877 e em Minas Gerais em 1906 (Novaes, 1984). Outra forma de acesso para as jovens que desejavam fazer o curso normal, era através de vagas abertas em escolas normais já existentes, como no caso de São Paulo em 1880 (Demartini, 1991, p. 18).

No entanto, inicialmente, as habilidades a serem desenvolvidas para o exercício do magistério feminino pareciam não depender de um processo de qualificação teórico-metodológico, já que as mulheres tinham a preferência para lecionar no magistério primário sem ter acesso a escolas normais, dependendo apenas da honestidade e de seus atributos “inatos” para exercê-lo.

Além das habilidades consideradas “inatas” para cuidar de crianças, as mulheres professoras deveriam demonstrar honestidade, boa conduta e respeito aos padrões morais da época. Estas exigências indicam que na maioria das vezes o “retrato” da professora era socialmente construído em torno da “mulher honesta, casada, boa mãe, laboriosa, fiel e dessexualizada” (Rago, 1985, p. 90).

Em Sergipe, só em 1877 é criada, pelo então Presidente João Pereira de Araújo Pinto, a Escola Normal para moças, que iniciou seu funcionamento no Asilo Nossa Senhora Pureza, em Aracaju. Aí sediado, o curso normal, além de poder oferecer uma profissão a jovens órfãs que não se casavam, oportunizava a ampliação de estudos para jovens não internas.

As possibilidades educacionais femininas, quanto ao prosseguimento de estudos após o primário, em Aracaju, a partir de 1920, estavam vinculadas às seguintes instituições: à Escola Normal Rui Barbosa, aos colégios particulares, à Escola de Comércio Conselheiro Orlando e ao colégio Ateneu.

Em 1901, a Escola Normal passa a ser mista, no entanto, nenhum aluno se matriculou. De acordo com os dados levantados, alguns professores procuraram a Escola para fazer o Curso de Aperfeiçoamento, no final da década de 30; mas, como normalistas, eles aparecem apenas na década de 70, no período noturno.

A Escola Normal em Aracaju foi durante um longo período um espaço feminino de formação. Nesse sentido, Novaes ressalta algumas das funções deste tipo de instituição:

“... em fins do século XIX, a Escola Normal cumpre funções de dar formação profissional, aumentar as instruções, formar boas mães e donas de casa, funções essas que sem maiores alterações persistem até a atualidade. (...) De qualquer forma até a década de 30, a Escola Normal gerida pelo Estado ou por instruções religiosas, mesmo com todas as limitações que continha desempenhou papel relevante na formação profissional e na elevação cultural da mulher brasileira. O magistério entendido como um prolongamento das atividades maternas, passa a ser visto como uma ocupação essencialmente feminina e, por conseguinte, a única profissão plenamente aceita pela sociedade para a mulher” (Novaes, 1984, p. 21-2).

As escolas normais constituíam, portanto, um espaço de formação socialmente aceito, responsável pela profissionalização de um grande número de mulheres.

A possibilidade de exercer uma profissão socialmente permitida garantia às mulheres a oportunidade de transcender o âmbito doméstico na busca de realização e independência social e econômica. O trabalho no magistério primário é caracterizado como inerente às qualidades femininas e indicado para as mulheres.

O processo de ingresso das ex-normalistas da Escola Normal Rui Barbosa foi estudado a partir das representações acerca dos motivos que as levaram à Escola e aos requisitos necessários para realizar a matrícula.

Em relação à motivação, muitas são as razões apresentadas: a boa reputação da instituição, tendo em vista seus professores catedráticos; os conselhos familiares; o desejo acalentado na infância em ser professora, entre outras.

Todos os “motivos” indicados não são apenas da ex-normalista; é explícito o papel da família – mãe, pai, avó – no encaminhamento ao curso normal. Era comum que a família participasse de suas decisões; no entanto, em alguns casos a influência foi decisiva, isto é, a ex-normalista era levada ao curso por uma decisão familiar.

O estudo das representações das ex-normalistas acerca da formação profissional permite o conhecimento das situações – objetivas e/ou subjetivas – por elas vivenciadas, enquanto indivíduos representantes de uma coletividade. As condições materiais, os valores, a profissionalização, a garantia de um emprego, a possibilidade de sobrevivência, a qualidade do ensino oferecido pela instituição, foram aspectos elaborados pela convivência familiar.

O depoimento de Lídia apresenta vários dos aspectos citados. Lídia era filha única. Seu pai, funcionário público, influenciou-a na busca da profissionalização através do magistério. Ela ressalta o interesse manifestado desde a infância em ser professora:

“Desde pequena, 3 anos, 4 anos, eu já queria ir para a escola, eu fui para a escola com 5 anos. Porque eu queria ir para a escola, eu queria ser professora, e meu pai me levava lá numa escola noturna, que tinha lá no Santo Antônio, e a moça gostava muito de mim, a professora, e eu pequenininha, ele me levava lá, e aí ele dizia: ‘Você vai ser professora, quando você crescer, você vai ser professora’... Encucou aquilo, né?...”  
(Lídia, formada em 1948)

Ao longo do seu depoimento, Lídia faz muitas reflexões sobre a educação paterna recebida. Sua mãe era dona de casa e seu pai insistia na sua profissionalização, indicando-a inclusive como alternativa ao casamento, para a independência social e econômica da filha:

“Pois é, então, as moças eram preparadas assim, para o casamento, agora, uma ressalva, o meu pai não me preparou para o casamento (risada) muito pelo contrário, ele queria que eu estudasse, me formasse, tivesse um emprego, e ele me dizia assim: o melhor marido do mundo é o emprego!’... Naquela época, meu pai dizia isso, ‘o melhor marido do mundo é o emprego! Esse negócio de casamento é muito secundário... Você tem que estudar, se formar, ter seu emprego e a sua independência, você tem que

ser independente! A mulher tem que ser independente! A minha mãe, você repare... Ele falava e ainda comparava: 'Você quer ficar como a sua mãe, dentro de casa, lavando, cozinhando, você não é disso mesmo, você nem tem muito jeito para essas coisas'... (...) 'Tem que ser independente!' E por aí foi mesmo"... (Lídia, formada em 1948)

O magistério, além de ser um campo de trabalho socialmente aceito para as mulheres, proporcionava a continuação de estudos, a possibilidade de independência econômica e um certo prestígio social; observa-se que:

"(...) numa sociedade onde os índices de escolarização eram baixos e a professora primária consistia numa profissão de alto prestígio social para a mulher e lhe permitia uma certa dignidade no seu modo de vida". (Carvalho, 1990, p. 89)

Desta forma é possível apreender que, ao tentarem romper com a ordem social predominante – o trabalho da mulher deve estar restrito ao âmbito doméstico – e procurando independência econômica e social, as professoras o fazem em âmbito de uma profissão possível visto que reconhecidamente permitida socialmente. Reafirmam assim a ambigüidade apontada por Chauí, mostrando que "são capazes de conformismo ao resistir e resistência ao se conformar" (1986, p. 124).

Foi possível perceber que o processo de ingresso na Escola Normal lhes atribui *status*. O conhecimento, o rigor na seleção (exame), as distinguem do conjunto das jovens sergipanas que pretendem continuar sua escolarização. Através dos depoimentos, dois aspectos são valorizados no processo de ingresso na Escola: a idade e o exame de admissão.

As ex-normalistas apresentam como idade mínima exigida para o ingresso no curso de 14 a 16 anos. Apenas uma das informantes declara não ter conseguido ingressar no curso normal no ano esperado, já que ainda não tinha a idade mínima exigida para tanto; a pedido do pai ficou mais um ano no curso complementar.

As outras ex-normalistas revelaram que comprovaram a idade para o ingresso – mesmo sem a possuir realmente – através de duas estratégias: cartas de pessoas idôneas, conforme exigido por lei. Ou através da alteração da data de nascimento, realizada por aquelas pessoas que, por não terem sido registradas no momento do nascimento, o faziam quando do ingresso na Escola de acordo com as exigências da mesma. Esta preocupação com o critério da idade desaparece a partir da década de 40.

Para o exame de admissão, as exigências presentes nos depoimentos expressam a necessidade de domínio de conhecimentos de diversas áreas. A maioria das ex-normalistas freqüentaram cursos preparatórios, com professores renomados no Estado na tentativa de garantir a admissão.

"Em 1946... eu fiz o exame de seleção daquela época, era o mesmo que fosse um vestibular de hoje! Eu me lembro que eu morava na cidade de Maruim, é uma cidade aqui,

próxima da capital, alguns quilômetros, e eu vim fazer o exame de admissão, e perdi o primeiro exame de seleção! (foi reprovada) E isso era mesmo que ser o vestibular, né!? E então eu voltei para Maruim, para me preparar..." (Augusta, formada em 1953)

Nos documentos oficiais – Mensagens Presidenciais da Província – percebe-se uma elevada taxa de reprovação no exame, no ano de 1927, 72 candidatos se inscreveram e apenas 17 foram aprovados; em 1929, 75 se inscreveram e 34 foram aprovados. (Dados retirados das Mensagens Presidenciais do Dr. Manoel Corrêa Dantas no período de 1927-1929).

O alto índice de reprovação nos exames de admissão demonstra a seletividade do processo de ingresso na Escola Normal; este aspecto foi ressaltado pelas ex-normalistas como sendo uma das garantias do alto nível educacional existente no processo de formação. Em relação à clientela que freqüentava a Escola Normal, ressalta-se que na primeira década deste século as alunas eram oriundas, em sua maioria, da classe média (Nunes, 1984, p. 195).

Entretanto, com o passar dos anos uma grande parte das jovens da classe média deixam de procurar o magistério tendo em vista outras oportunidades de trabalho, de acordo com Nunes Mendonça:

"O ideal das moças sergipanas, residentes na capital ou provenientes da classe média nas cidades do interior, não é mais o magistério. As suas aspirações voltam-se para os cargos federais e autárquicos hoje acessíveis a todos mediante habilitação em concurso, e para as profissões mais bem remuneradas". (1958, p. 158)

Através dos estudos de Catani (1986), Demartini (1991) e Pessanha (1994) pode-se perceber que os professores de São Paulo das primeiras décadas deste século tenham se originado tanto entre os "aristocratas empobrecidos" quanto entre os pobres que queriam se livrar do trabalho manual. Pessanha lembra ainda que: "Ter uma professora na família seria uma saída para as famílias que, por algum motivo, sofreram uma queda em sua posição social" (1994, p. 74-6).

No caso de Sergipe, as mesmas características podem ser observadas. Na década de 50, de acordo com dados de uma pesquisa realizada pelo professor Nunes Mendonça temos a seguinte composição do magistério primário público:

"Mais ou menos 80% dos professores primários de escolas públicas provêm de classes pobres. São filhos de operários, modestos funcionários públicos, pequenos lavradores e comerciantes, lavadeiras etc. Apenas 20% aproximadamente descendem da classe média. O percentual dos provenientes da classe superior é muito baixo. De 83 professoras públicas, das quais conseguimos identificar a origem pela profissão dos pais, 77,11% procedem da classe humilde, 21,69% da classe média e 1,20% da classe superior" (1958, p. 159).

A motivação referente ao curso é diversificada, enquanto algumas normalistas se encaminham para o magistério primário como estratégia de sobrevivên-

cia ou ascensão social, outras se utilizam do curso para o acesso a outras carreiras.

Em relação às disciplinas estudadas pelas informantes, percebe-se que ao longo do período analisado – 1920 a 1950 – foram três os currículos básicos ministrados. A duração do curso variou entre 3 e 5 anos.

No Instituto de Educação Rui Barbosa, muitas alterações de regulamentos foram realizadas na tentativa de garantir uma melhor preparação para as professoras. No entanto, no período estudado, de acordo com os depoimentos, percebe-se que na prática as alterações de disciplinas ou duração do curso nem sempre solucionavam os problemas da formação de maneira desejável. A relação entre o número das disciplinas e a duração do curso é inversamente proporcional. Quanto menor a duração, maior é o número de disciplinas. A ênfase nos conteúdos de cultura geral é maior nas primeiras décadas do século XX, a partir da década de 40 acontece a introdução mais sistemática de disciplinas de cunho mais metodológico e das chamadas “ciências da educação”.

A metodologia de ensino usada na época dificultava um melhor aproveitamento dos estudos. De acordo com Nunes Mendonça:

“O ensino é ministrado através do velho e desprestigiado método de ditar pontos, visando apenas dar conhecimento informativo” (1958, p. 173).

De acordo com os depoimentos, nas décadas de 20 e 30, a falta de recursos pedagógicos, a necessidade de decorar os conceitos e a falta de compreensão de alguns conteúdos, dificultavam o processo de aprendizagem. A avaliação aparece sempre como um processo rigoroso, viabilizado através de múltiplas provas e exames. O medo explicitado das notas baixas permite visualizar que estas eram usadas de forma classificatória e muitas vezes punitiva.

Além destes aspectos, através das representações das informantes é possível perceber características do cotidiano escolar da Escola Normal, não registradas nos documentos oficiais. Neste sentido, ressalta Demartini:

“Os estudos preocupados com a educação escolar no passado geralmente estão voltados para aspectos relacionados ao sistema educacional e sua expansão, e muito poucos fazem referências aos sujeitos e agentes no processo educativo; quase nunca se procura estudar os problemas e os valores vivenciados pela população quanto à sua escolarização, e pelos agentes da educação, (...) mais que isso, apreender o funcionamento do sistema educacional no contexto da sociedade mais ampla considerando os diferentes grupos sociais que a compõem” (1993, p. 4).

Para tanto, o estudo procurou apreender aspectos da convivência escolar entre professores e alunas. O relato de experiências das ex-normalistas permite a compreensão das relações sociais inseridas no processo de formação profissional no interior da Escola Normal.

Thompson ressalta que:

“... as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou como instinto proletário, etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, reciprocidades, como valores ou na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura pode ser descrita como consciência afetiva e moral...” (1981, p. 189).

A experiência da formação profissional das ex-normalistas é permeada por “sentimentos” e “reciprocidades”. Nesse sentido, apesar de cada informante ter vivido “o seu tempo” na instituição e experimentado vivências particulares, todas elas relatam a boa convivência com professores e colegas. Desta forma, as representações vivenciadas e construídas no espaço escolar revelam o cotidiano.

O estudo da vida cotidiana parte da perspectiva de que o homem está inteiramente inserido nela. Compreende-se que o estudo da vida cotidiana escolar deve ser mais que a mera descrição de fatos corriqueiros que se desenvolvem no dia-a-dia. Faz-se necessário analisar as relações do indivíduo enquanto sujeito particular e participante de uma sociedade. Nesse sentido, Heller ressalta que:

“A vida cotidiana é a vida do homem inteiro: ou seja, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade” (1985, p. 17).

As ex-normalistas ingressam no curso normal ainda adolescentes, portanto, é na cotidianidade deste, tal como define Heller, que se desenvolve o processo de “amadurecimento” social, cultural, físico e afetivo destas jovens:

“(...) O amadurecimento do homem significa em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana em questão. (...) esse amadurecimento para a cotidianidade começa sempre por ‘grupos’ (em nossos dias de modo geral, na família, na escola, em pequenas comunidades). E esses grupos *face to face* estabelecem uma mediação entre o indivíduo e os costumes, as normas e a ética de outras integrações maiores. O homem aprende no grupo os elementos da cotidianidade” (1985, p. 21).

Este “amadurecimento” para a assimilação da cotidianidade tem no espaço escolar um ambiente privilegiado, tendo em vista o convívio com um grupo diversificado fora do núcleo familiar. A oportunidade de vivenciar papéis, novos valores, conhecer e reconhecer normas, padrões sociais e culturais possibilitam este processo de “amadurecimento”.

As ex-normalistas relatam, nas histórias de vida, a convivência com professores que aparecem de certa forma como “modelos”, construídos por elas mesmas através de suas representações.

Apesar do rigor do processo de ensino, da disciplina excessiva, das múltiplas avaliações, as ex-normalistas apontam a competência, o alto nível de conhecimento, a postura pedagógica e a efetiva participação social de alguns de seus professores. No entanto, elas também criticam a falta de formação específica de outras professoras, bem como a metodologia utilizada.

Em relação às colegas, as ex-normalistas relatam as experiências coletivas vivenciadas na tentativa de romper com as normas da Escola Normal através de brincadeiras, fugas das salas de aula e da Escola. O “amadurecimento” na busca de independência social e econômica se faz presente no cotidiano da formação através da convivência entre professores e alunas.

Pelos depoimentos das ex-normalistas, é possível perceber o pequeno número de alterações no corpo docente da Escola. A maioria das professoras só deixava a Escola para se aposentar, ao passo que a maior parte dos professores homens deixou a Escola para assumir outras funções profissionais fora do magistério. As professoras são destacadas por sua eficiência e competência no trabalho docente. Em outros depoimentos, os atributos considerados femininos “inatos” estão em maior relevo que o conteúdo propriamente dito do fazer pedagógico: elegância, charme, dedicação, etiqueta, entre outros.

Em relação aos professores homens, o respeito, o rigor, a disciplina, o medo da nota, marcam os depoimentos das informantes. Em geral eles possuíam outras profissões – dentista, médico, advogado – além de assumirem outros cargos públicos fora da sala de aula.

Apesar da disciplina e do controle constante das alunas através dos inspetores, professores e diretores, as ex-normalistas relatam as brincadeiras que faziam na sala de aula, no porão da Escola, no pátio, ou mesmo no cinema para aonde algumas iam escondidas. Nesses momentos de descontração, existia uma boa convivência entre as alunas, apesar de nem todas participarem das brincadeiras, estas apresentam possibilidades de trocar experiências e informações sobre assuntos não abordados na sala de aula.

Fugir da Escola, burlar a vigilância, ir para o cinema, conseguir assistir a sessão sem ser reconhecida parecia uma grande vitória para as ex-normalistas. Muitas vezes em grupo, era preciso ter coragem para enfrentar as situações que poderiam trazer conseqüências inesperadas àquelas que fugiam. Mas a vitória estava na possibilidade do ato, na execução do plano, estrategicamente estabelecido.

“No cinema, o povo que fugia muito, eu não fugia não, que eu tinha medo... Mas, elas tiravam a gola da camisa, tiravam os punhos, dobravam, botavam outra blusa por cima e pronto... iam para o cinema... o que definia a pessoa de longe era a farda (uniforme), e a gola, e elas não, com a blusinha, sem gola, e a manga dobrada, a saia, ninguém via pela saia, via pela gola e principalmente no cinema...” (Ema, formada em 1956)

“Estava na turma para assistir *E o vento levou* porque a minha mãe não deixava (ir ao cinema), era de casa para a escola, da escola para casa, então eu levei uma blusa, tirei uma blusa e vesti, fui e na hora para sair, eu fui vestir a farda, para vir para escola... eu

saí devagarzinho, troquei a roupa e entrei, eles não me viram, eu era muito capeta!”  
(Lizete, formada em 1945)

A independência, a criatividade, a estratégia, a coragem e a participação nas brincadeiras, dramatizações e cantigas, além das fugas para o cinema ou para o porão da Escola, marcam as representações das informantes. Todas estas atividades fazem parte do currículo informal da Escola Normal. As vivências construídas no cotidiano do espaço escolar e de certa forma a resistência ao controle e a vigilância dos diretores, professores e inspetores permitiram a estas jovens exercer aspectos não relacionados à figura da jovem normalista-espera-marido.

Nem todas as normalistas formadas pela Escola se dirigiam para o magistério. Algumas informantes recordam-se que muitas colegas casaram-se logo depois de formadas e não exerceram a profissão; outras tornaram-se enfermeiras, algumas deixaram de lecionar para trabalhar em diversos setores como funcionárias públicas.

De acordo com a “lei dos acessos” (normatização do ingresso do professor primário no exercício do magistério público estadual em Sergipe), depois de formada a normalista deveria iniciar a carreira no interior. Primeiramente em uma escola de primeira entrância, situada em um povoado. Passaria depois a lecionar em uma vila considerada segunda entrância. Em seguida, para a terceira entrância, uma escola situada na cidade. Após sucessivas promoções, poderia lecionar na capital.

Para passar de uma entrância à outra, necessitava-se de uma promoção conseguida através de cursos de aperfeiçoamento e/ou avaliação dos termos de inspeção ou termos de visita.

“(…) foi quando o Diretor Geral da Instrução Pública botou um edital, que, quem tivesse bons termos de visita, então ficaria em Aracaju. Eu apresentei, que eu tinha bons termos, pelo seguinte, eu era muito assim, eu gostava muito de ensinar... Havia um Inspetor do Departamento de Educação... A professora ficava sempre assim na ativa, sabe? Porque eles (inspetores) não avisavam quando chegavam, para inspecionar a escola. E então ele lavrou, foram dois, dois termos de visita. Esses termos de visita me botaram na Atalaia! (próximo de Aracaju)” (Lina, formada em 1933).

Os termos de inspeção ou termos de visita eram documentos oficiais de controle e acompanhamento dos professores. Eram registros minuciosos escritos em duas vias pelo inspetor de ensino por ocasião da visita à escola. A professora ficava com uma das vias como documento que comprovava seu desempenho pedagógico e a sua trajetória profissional, e a outra via era levada pelo inspetor para ser arquivada na Diretoria da Instrução Pública.

Apesar de regulamentado em lei, este processo nem sempre era seguido, pois algumas famílias não permitiam que suas filhas deixassem a capital e fossem sozinhas para o interior. Enquanto esperavam uma vaga na capital, realizavam cursos ou desenvolviam outras atividades.

“Aí, depois eu desgostei um pouco desta história de ser professora, eu não quero ser professora não! eu me formei, não fui lecionar. Uma, porque meu pai não queria, que eu era filha única... (...) Mas, andou, virou... e eu ainda trabalhei três anos como secretária numa firma comercial... (...) e depois comecei fazendo banca (dando aulas particulares)...” (Lídia, formada em 1948).

Algumas normalistas iniciavam suas carreiras na capital, através de nomeações diretas do Diretor Geral da Instrução Pública, ou do próprio Governador.

“Eu me formei e ganhei minha nomeação de presente, eu passei nos primeiros lugares, e o Governador Leandro Maciel era muito amigo da gente, então os primeiros lugares, ele nomeou...” (Ema, formada em 1956).

Todas as diferentes experiências de ingresso na profissão do magistério pelas ex-normalistas permitem estabelecer relações com a situação econômica, social e política de suas famílias de origem e com a motivação que as levaram a estudar na Escola Normal. Aquelas ex-normalistas, para as quais a dimensão da sobrevivência econômica se colocava com muita intensidade e não possuíam apadrinhamento político influente, assumiram escolas no interior, enquanto aguardavam a possibilidade legal, através das múltiplas promoções, de voltar à capital.

“... somente as pobres, praticamente iríamos ao interior! (...) Fui ensinar na Aldeia dos Índios, eles ficavam lá na ribeirinha do São Francisco...” (Diana, formada em 1933).

Apesar das diferentes formas de ingresso na vida profissional, nenhuma das informantes aposentou-se como professora primária. Elas buscaram cursos de aperfeiçoamento, especialização ou mesmo cursos superiores, no início da carreira profissional (no máximo até cinco anos após a formatura). Todos esses cursos permitiam ascensão no magistério além de aperfeiçoar e atualizar conhecimentos. As mais “protegidas” politicamente foram inclusive para o Rio de Janeiro, tendo como garantia uma vaga como professora na Escola Normal ao retornarem.

A busca por novos cursos significava para algumas, sair de Aracaju e conhecer centros maiores como o Rio de Janeiro. Para outras, era a certeza de conseguir deixar o interior e voltar à capital. Entretanto, através dos cursos realizados as ex-normalistas tiveram possibilidade de assumir cargos de direção, coordenação e orientação. Além disso, a maioria deixou o magistério primário para lecionar no curso ginásial, normal, técnico industrial, comercial e até mesmo no curso superior.

A análise das histórias de vida resumidas de ex-normalistas da Escola Normal/Instituto de Educação Rui Barbosa privilegiou o resgate das representações por elas elaboradas acerca do cotidiano e da experiência da formação profissional e do ingresso na carreira do magistério.

Dessa forma foi possível apreender, além de suas trajetórias individuais, também as vivências coletivas no espaço escolar, na inserção no mercado de trabalho das professoras primárias de Aracaju, no período compreendido entre as décadas de 20 e 50.

Destaca-se a importância da Escola Normal, no período analisado, como instituição responsável pela possibilidade de ampliação da escolaridade das jovens sergipanas e a garantia da formação necessária para o exercício do magistério.

A Escola Normal privilegiou a cultura geral na formação das normalistas nas primeiras décadas do século. No final do período estudado, o eixo da formação desloca-se para a parte específica, com um maior número de disciplinas relacionadas ao estudo da criança e a ênfase na prática profissional, que começava a acontecer, no final da década de 40, antes da formatura, através da realização de estágios.

O processo de avaliação, os métodos decorativos e a memorização dos conteúdos não sofrem variação no período, mesmo quando associados aos métodos ativos. A afetividade apresentada pelas ex-normalistas em relação aos professores da Escola encontra-se diretamente relacionada com a admiração pela qualificação dos mesmos, identificada através da competência, da postura pedagógica e do domínio do conhecimento. Através das brincadeiras e fugas da sala de aula, as ex-normalistas constroem experiências de solidariedade e cumplicidade enquanto vivenciam a transgressão da norma.

O início das trajetórias profissionais das informantes está relacionado ao capital social de suas famílias. São três possibilidades principais de ingresso no magistério, em Aracaju, no período analisado: a ida para o interior, iniciando a carreira em escolas de primeira entrância; a espera de uma vaga na capital (enquanto aguardavam esta possibilidade, as ex-normalistas realizavam cursos e/ou trabalhavam em outras atividades); ou recebiam a nomeação como presente na formatura.

As ex-normalistas deste estudo, que durante o processo de formação vestiram-se de azul e branco, estudaram na Escola Normal/Instituto de Educação Rui Barbosa, instituição exigente e seletiva. Conseguiram, através do ingresso no magistério primário – profissão socialmente permitida – e a realização de cursos, ascensão na carreira profissional e uma relativa independência econômica e social. Mesmo de forma ambígua romperam, na maioria dos casos, com as trajetórias vivenciadas pelas mulheres de suas famílias.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, N. (org). *Formação de professores: pensar e fazer*. São Paulo, Cortez, 1992.  
CARDOSO, T. M. *Magistério primário: trabalho de mulher*. São Paulo, 1990. (mimeo.)  
CARVALHO, M. E. P. de. *O magistério primário como ocupação feminina: uma análise das representações sociais de professoras primárias sobre sua prática profissional*. Campinas, UNICAMP/FE, 1990, (Dissertação de Mestrado).

- CARVALHO, M. J. S. *Mulher profissão professora: acaso ou necessidade?* Porto Alegre, UFRGS, 1990, (Dissertação de Mestrado).
- CATANI, D. B. et al. *Universidade, escola e formação de professores*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- DEMARTINI, Z. B. F. *Relatos Oraís: nova leitura de velhas questões educacionais. Texto apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu-MG, 1983.
- DEMARTINI, Z. B. F. "Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa". In: LANG, Alice Beatriz da S. G. (org). *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. São Paulo, CERU, 1992.
- DEMARTINI, Z. B. F. *Magistério primário no contexto da Primeira República*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/CERU, 1991, (Relatório de Pesquisa).
- DEMARTINI, Z. B. F. "O coronelismo e a educação na Primeira República". *Educação e Sociedade*. São Paulo, 10(34), dez., 1989.
- DEMARTINI, Z. B. F. "Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais". In: SIMSON, Olga M. R. von (org). *Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil*. São Paulo, Vértice, 1988.
- DEMARTINI, Z. B. F.; LANG, A. B. da S. G. *Educando para o trabalho: família e escola como agências educadoras*. São Paulo, Loyola, 1985.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- MENDONÇA, J. A. N. *A educação em Sergipe*. Aracaju, Livraria Regina, 1956.
- NOVAES, M. E. *Professora primária: mestra ou tia*. São Paulo, Cortez, 1984.
- PESSANHA, E. C. *Ascensão e queda do professor*. São Paulo, Cortez, 1994.
- QUEIROZ, M. I. P. de. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo, CERU/USP, 1983.
- RAGO, L. M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um plenário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

**Abstract:** This study intends to analyze the professional performance of women who attended the Rui Barbosa Institute of Education in Aracaju, Sergipe in the 1920s and 1930s. An analysis of official documents and women life-histories reveals their professional accomplishments in the field of education, thereby challenging the stereotype of female students who attended school only in search of a husband.

**Keywords:** gender studies; documents; life-histories; education.